



Cidade, trabalho e estado de exceção: entrevista com Cibeles Saliba Rizek

City, work and state of exception: interview with Cibeles Saliba Rizek

Por Ricardo de Lima Jurca²

Na mesa *Conjuntura brasileira: temporalidades e territorialidades cruzadas*, palestra proferida no Seminário Internacional França - Brasil, realizado em agosto de 2019 na Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo, Cibeles Saliba Rizek abre a sua apresentação fazendo a leitura de alguns trechos de jornal sobre o governo Bolsonaro, a fim de lembrar que a escalada autoritária acelerou. Os trechos davam o tom dos últimos seis meses de governo e já indicavam uma prévia do desmanche nas políticas sociais que aconteceriam nos meses seguintes.

Cibeles já abordava a dimensão do estado de exceção e sua relação com o urbano no Brasil, desconstruindo a estreita discussão entre centro e periferia. Como uma cientista social, suas ideias traçavam diferentes dimensões do estado de exceção e teciam combinações exponenciais das pontas mais avançadas do capitalismo financeiro ao que permanece de forma reconfigurada em zonas cinzentas da condição proletária. *“Esta configuração é extremamente aguda em situações de periferia, mas essas combinações podem também estar no centro”*, afirmava.

Por meio de projetos com o Centro de Estudos dos Direitos da Cidadania CENEDIC, tais como: *Era da Indeterminação* (2007), *Hegemonia às avessas* (2010), *Contradições do Lulismo* (2016), sua perspectiva acerca das constelações de programas sociais esteve permanentemente voltada ao olhar crítico das linhas de continuidade e descontinuidade da gestão da pobreza, sem perder de vista as diferenças operadas na vida das famílias pobres brasileiras.

Sua firmeza teórica coaduna-se com a prática política, uma união que foi fundamental para a sua formação: Osasco, Mauá (Pólo Petroquímico), Santo André. Encontraria ali a dimensão de militância que mais tarde, já como professora da Universidade de São Paulo, se vincularia à defesa da universidade pública. Uma militância que sempre se pautou na possibilidade da crítica e com o seu compromisso. O *“não mais e não ainda”* virou expressão frequente para pensar o futuro como alternativa ainda aberta à transformação democrática da sociedade brasileira.

Então professora no Instituto de Arquitetura e Urbanismo, jamais abandonou o objeto dos tempos de militância. Com a guinada para os estudos urbanos, voltou a trabalhar fortemente com os circuitos de produção na periferia da cidade de São Paulo. Até chegar em Cidade Tiradentes onde a prática cotidiana de docência, pesquisa e extensão se combinou com uma perspectiva de uma análise que inclui as periferias e principalmente o acesso às formas pelas quais ela é vivida, planejada, explorada, precarizada, entre o legal e o ilegal; é a cidade como exceção.

Com a atenção de sempre aos seus alunos, Cibeles Saliba Rizek concordou em ceder esta entrevista à *Áskesis* por intermédio do entrevistador e orientando Ricardo de Lima Jurca. Em uma tarde de meio de semana na cidade de São Paulo, em vésperas de quarentena contra o Coronavírus - que viria a isolar toda a cidade em questão de dias -, sentou-se em uma mesa de um café na região da Cidade Universitária e concedeu muito mais do que uma entrevista. Foi uma verdadeira aula de Sociologia com dimensões que ganham carne e osso nas suas descrições sobre as tramas da cidade.

As análises mais detidas sobre sua produção apontam Marx, Foucault, ao lado de Francisco de

¹ Entrevista publicada em 07 de abril de 2020 e atualiza em 11 de abril de 2020.

² Sociólogo, Pós-doutorando em Arquitetura e Urbanismo do Instituto de Arquitetura e Urbanismo da USP.



Oliveira, Roberto Schwarz, Foucault e teoria crítica e diálogos com a tradição do pensamento brasileiro, como o eixo do seu conhecimento sociológico. Qual foi a medida de cada um, especialmente em sua relação com Marx?

Então, eu sou da geração que leu o capital. A gente leu o capital quase inteiro e discutiu o primeiro livro, o segundo talvez menos, e o terceiro a partir da renda da terra, capital fictício e teoria das classes ao longo da vida. O trabalho produtivo, improdutivo, o *Grundrisse* e os outros textos. A relação entre o jovem Marx e o suposto Marx adulto. Marx foi fundamental para a minha formação, juntamente com Foucault. Marx é fundamental. Agora, eu acho que não dá para virar bíblia, entendeu? E eu não me sinto traindo ninguém quando eu não uso. Porque eu acho que são novas dimensões e novas descobertas, provocações. Então, assim, eu não gostaria de pensar nos marxismos. Eu acho que são formas de recepção. E eu acho que a gente sempre inventa e reinventa o passado. O Marx foi inventando e reinventado um milhão de vezes. A Teoria Crítica cumpre um lugar central. E aí Robert Schwarz, mas também Gabriel Cohn. O Gabriel foi muito importante na minha formação. Muito, muito. Até hoje eu me lembro de algumas aulas sobre Weber. Uma aula sobre objetividade nas Ciências Sociais que me impactou muitíssimo e, sobretudo, porque esse Weber que o Gabriel traz é um Weber fortemente apropriado pela Escola de Frankfurt. Então, você tem uma visão crítica que para mim é fundamental. Queria destacar a Maria Célia [Paoli], o Chico [Francisco de Oliveira], mas queria destacar outras duas pessoas com quem eu li Frankfurt muito devagar e cuidadosamente, que é a Olgária Mattos, que fez um longuíssimo texto sobre Benjamin. Na Universidade, era um curso que eu fazia com psicanalistas. Aulas particulares sobre Benjamin, sobre Frankfurt. E teve o Bruno com quem eu li Nietzsche, e isso tudo foi muito concomitante, sabe. Nietzsche, Frankfurt e [Walter] Benjamin, Weber pelos olhos de Frankfurt e por aí encontrar os dois últimos autores que fazem parte desse processo de formação contínuo, que são Foucault e Hannah Arendt. Hannah Arendt, eu fui lendo, lendo e percebendo os vínculos, sobretudo com [Friedrich] Nietzsche, com uma crítica da razão que está muito presente em Nietzsche. Simmel, essas linhagens, né, do pensamento alemão. Nietzsche, Weber, Simmel, Frankfurt, Benjamin, e por uma outra linhagem o pensamento *arendtiano*. Sem dúvida, isso foi muito importante na minha prática de pesquisa. Por exemplo, a ideia de regime de visibilidade e invisibilidade, eu devo à Irllys³ [interlocutora em Cidade Tiradentes]. Mas, isso provoca uma relação entre teoria e empiria que é extremamente rica. Se eu não fosse muitas vezes em Cidade Tiradentes, eu não seria capaz de discutir Cidade Tiradentes. Se eu não tivesse conversado com a Irllys [Agente Comunitária de Saúde do Programa Estratégia Saúde da Família], eu não conseguiria entendê-la biograficamente. Talvez eu não conseguisse escrever, entendeu? O Lísias⁴ que está no livro *Contradições do Lulismo*, eu também fiz uma longa trajetória. Sem fazer isso, eu não conseguiria escrever sobre esses processos. O Lísias fazia parte do grupo de futuros beneficiários do Programa Minha Casa Minha Vida - Entidades e do público dos Movimentos de Cultura de Cidade Tiradentes, mais especificamente, fez parte de um grupo de teatro que atuou na região. Ele estava por ali a partir dos CEUS, para você ver como uma trajetória dá a dimensão das políticas públicas, dá a forma de privatização dos CEUS, da luta dos grupos de teatro pelo fomento e depois como tudo isso é gerido por uma Fundação, tudo isso se cruza nas histórias de vida. O ProUni (Programa Universidade para Todos) com o Minha Casa Minha Vida. Então, essas dimensões elas ganham carne e osso e, pra mim, as Ciências Sociais discutem gente de carne e osso. Para mim, essa é a crítica à razão. Até porque, a crítica à razão é a crítica a essa razão inteiramente abstrata, categorial, e eu acho que essas categorias têm que ser interrogadas. Outro autor fundamental é Thompson [Edward P. Thompson], por vários motivos, por exemplo, um fundamental é o fazer-se. E o fazer-se não é bem pensar no sujeito, mas no sujeito que está sempre à beira de sua incompletude e à

³ Nome fictício. Ver anexo – Irllys, Cidade Tiradentes. In: CABANES, Robert.; GEORGES, Isabel. São Paulo. *La ville d'em bas*. Paris. L'Harmattan, 2009.

⁴ Lísias é o nome fictício de um agente cultural da periferia leste da cidade de São Paulo, que teve a sua trajetória registrada por Cibele Rizek no capítulo Faces do lulismo do livro *As contradições do lulismo* (2016).



beira da sua completude. Um sujeito que se faz, não que se completa em um processo de experiência. Tem essa ideia, e tem uma ideia fundamental de que é a ideia de perseguir perdas, de compreender essas perdas, como uma espécie de fundamento da perda. E aí, eu fico pensando como se todo mundo tivesse partido daquilo que tivesse perdido. Tem uma ideia forte, tem uma moral, códigos que dão legitimidades. A Irlys e o Lísias são uma expressão disso. São processos extremamente complexos e, por isso, extremamente interessantes.

Professora, você frequentemente menciona a influência de Francisco de Oliveira em seu pensamento, sobretudo por ele ter-lhe chamado à atenção para o estado de exceção, levando-a a costurar linhas de pensamento entre a cidade e o estado de exceção. Como você entende esse estado de exceção neste momento, de uma exceção permanente, que se implanta por meio de processos inéditos legislação sobre as privatizações cruzadas?

Se a gente toma um texto de 2003 do Chico, *O Estado e a Exceção ou o Estado de Exceção?*, eu comento esse texto, depois a gente pode resgatar... Ele já vai falar em Estado de exceção permanente à luz do Benjamin, a partir de uma dimensão da análise dos anos [19]30. Ele retoma isso para o contexto brasileiro do lulismo, mostrando que o lulismo era o estado de exceção. Se você avançar nessa dimensão, a gente pega a leitura que o Carlos Vainer faz da cidade. Ele vai mostrar que o estatuto das cidades é uma legislação perfeitamente compatível com estado de exceção. Ou seja, ele é uma legislação de exceção. Inclusive porque há toda uma dimensão das parcerias público-privadas presentes, do CEPACs [Certificado de Potencial Adicional de Construção], que já supõe abrir exceções, legislar uma exceção. Aí, a ideia de exceção ela é sempre a ideia de um limite ou de uma dobra. Quem legisla sobre a exceção? O soberano legisla sobre a exceção. O soberano que decide sobre a exceção. Tem toda uma literatura, um longo diálogo entre Carl Schmitt, Benjamin e [Giorgio] Agamben. Mas, o Chico não chega a ser um agambeano, não. Ele vai procurar uma outra literatura para discutir estado de exceção, sobretudo a partir da leitura do Carl Schmitt. A partir daí que ele vai pensar o estado de exceção. Em 2003, o Chico, na abertura de um grande evento nacional da Anpur [Agência Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional], ele faz esta fala: do urbano e o Estado de Exceção, que depois foi publicada na Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais do Rio de Janeiro. E isso já estava muito claro. Assim como no *Ornitorrinco* (2003) já estava claro. Isso vai ficando cada vez mais claro quando o Chico vai comentando criticamente a partir do final do governo Fernando Henrique, início dos dois governos do PT. Evidente que a ditadura é um estado de exceção, evidente. Mas a exceção brasileira é o Ornitorrinco, que só se configura como Ornitorrinco, ou seja, “não mais e não ainda”. “É isso que nós temos pra hoje”, que é um bicho que não é nem mamífero nem ave, nem réptil, nem coisa nenhuma. É aí que a exceção se configura plenamente ao meu juízo no Chico.

Como você discute a perspectiva do Estado de exceção entre o centro e a periferia do capitalismo?

Eu acho que a discussão das delimitações é muito estreita entre centro e periferia, talvez não se sustenta. Então, eu acho que você tem diferentes dimensões. Por exemplo, para o Chico, o subdesenvolvimento é exceção. Esta cara do subdesenvolvimento, impossível de ser transposto, impossível de virar desenvolvimento, é exceção. Ele chega a dizer isso. Agora, a gente tem tantos processos, uma combinação exponencial das pontas mais avançadas desse capitalismo financeiro, de plataforma, com essas dimensões de informação que é valor, do Big Data, por exemplo, está certo. Então, a gente tem tudo isso com a forma mais rudimentar de escravidão, ou de trabalho em domicílio, ou de reprodução de uma condição proletária possível de ser pensada no século XVIII, que volta integralmente. Volta não, ela se reconfigura, mas ela está aí. E ela está aí, sem o potencial de se transformarem condição de classe necessariamente. Esta combinação, por exemplo, de capitalismo que



absorve essa dinâmica cognitiva de uma maneira técnica e tecnológica de uma maneira extremamente nova. *Big Data*, *Uberização*, informação que é valor, em uma ponta, com Brumadinho na outra. Esta configuração, talvez ela seja extremamente aguda em situações de periferia, mas essas combinações podem também estar no centro. Então, você tem fenômenos muito semelhantes. Essa questão do centro e da periferia não é uma questão puramente geográfica. Essa combinação da periferia dá rebote e atinge o centro com questões que são absolutamente pertinentes do capitalismo central, dos países centrais. Porque é exatamente em função de uma característica de regiões que se redefinem muito fortemente.

Você aponta a crise do fordismo como determinante sim para entender o contexto atual. Como você discute essas transformações do capitalismo na periferia, ou seja, a transição do fordismo para o que se pode chamar de pós-fordismo?

A crise do fordismo já aconteceu e é uma crise. Olha que coisa interessante, de um fordismo que nem se concretizou inteiramente. De certa maneira, a crise do fordismo incita o Ornitorrinco. “*Não mais e não ainda*”. Não chega a ser completamente fordismo a não ser em alguns setores. Agora, de certa maneira, talvez essa incitação híbrida do fordismo tenha sido híbrida no mundo inteiro. O problema é em que grau. Estão, mesmo assim, agora que nós estamos discutindo a questão da crise do valor. A crise do valor trabalho. Ok, você tem baixa tendencial da taxa de produção do trabalho, ok. Agora, em algum lugar, o trabalho material mais chão acontece, né. O que talvez você tenha é um deslocamento desses locais onde a produção acontece dos macroprocessos de reprodução da força de trabalho mundial. Uma espécie de um suposto, um aparente, apenas aparente processo de autonomização. Mas, em algum lugar, se produz valor sim, e se produz valor desde a fábrica da colagem do microchip, ou da Sulanca da feira da Sulanca, ou da antiga feirinha da madrugada, ou da La Salada. Até com os grandes movimentos de venda e de incorporação e de produção dos Big Datas. Então, não sei, quer dizer, na verdade, eu acho que é tudo híbrido, a gente que binarizou, sabe? A gente de certa forma... Então, nós estamos diante de uma dimensão que a Vera [Telles] chama muito mais de uma dimensão epistemológica, de rever categorias, do que propriamente... Entendeu? Porque se a gente olha o passado com esses olhos buscando essa dimensão híbrida, as binaridades também não vão fazer sentido. E as binaridades fazem sentido tanto na questão das descrições científicas e analítica quanto na matriz normativa.

Cibele, outra coisa que é central nesse ponto é a questão da informalidade?

Aí, eu acho que a ideia de trabalho formal e protegido já vem dançando. Em alguma medida já foi. Pesquisas mostravam em agosto de 2019, que um terço da força de trabalho é formal. E, mesmo assim, formal incidia nas relações trabalhistas. Incidiu em um desmanche contínuo de direitos, aumentando o poder do empregador, diminuindo os níveis de proteção. Então, acho que isso você pode chamar de estado de exceção entre trabalho formal e informal. Eu acho que está difícil entender essa realidade da produção a partir da força de trabalho formal, porque todos nós somos, em alguma medida, trabalhadores informais. Mesmo trabalhadores formais como os professores universitários têm sua vida gerida por contratos. Então, é muito impressionante, tem uma coisa quase que limítrofe entre trabalhadores de Ongs e trabalhadores universitários. Eu sou uma máquina de fazer projeto. Faz, refaz, recorre, e é isso: vê se sai, vê se não sai.

Em seus artigos, você aperfeiçoa a leitura sobre a periferia latino-americana e, ao mesmo tempo, rompe com as teses do urbanismo sanitário, do urbanismo cientificista do século XIX. Sempre observa que a cidade, o território, o espaço, podem ser de temporalidades múltiplas, espacialidades outras e horizontes plurais. Nessa ampla gama de interpretações sobre a cidade,



há outras vertentes muito inovadoras, como a visão de uma cidade que inclui as periferias e principalmente o acesso às formas pelas quais ela é vivida.

Eu acredito que essa é uma leitura na qual você tem, sobretudo, uma permanente produção e reprodução dos meios de produzir os sujeitos dos espaços, de produção desta relação. Então, não que a cidade é um dado. Ela não é um dado. É um projeto permanentemente produzido, reproduzido, refeito, repensado, reincorporado. Então, se você pensa por aí, claro o domínio sanitário, você ainda tem em uma dimensão fortemente biopolítica, né? Na cidade, você verifica muito fortemente a produção de populações. Você produz populações. Talvez um dos exemplos mais claros, seja a população de contaminados agora. Ou, se você quiser, a população de suspeitos. Ou, se você quiser, a população de favelados. Ou, se você quiser, a população carcerária. Ou, se você quiser, a população de rua. Então, você produz populações nesse híbrido que é, ao mesmo tempo, uma operação de governos, uma operação política, uma operação cognitiva, uma população territorializante. Ler tudo é, necessariamente, você produzir população abstrair um conjunto de elementos. *“Os favelados não são os moradores do Jardim Maravilha”*, e são! Nessa dimensão mais punitiva. E o Jardim Helian. E, por outro lado, você tem uma coisa interessante... De que maneira tudo isso é apropriado e tensionado por um conjunto de forma de resistências. De repente, a população carcerária vítima do coronavírus se rebela e foge. *“O que? Coronavírus? Então vamos aproveitar!”*. Eu estava até pensando nisto: o que acontece se o coronavírus entra em uma prisão? Não tem o que fazer. Como é que você confina os que já estão confinados? O que acontece quando o vírus que não está confinado atinge uma população confinada? E aí, é um híbrido muito interessante, entendeu? E, ao mesmo tempo, essa população encarcerada, ao se rebelar, ela deixa de ser população e ganha, de certa maneira, um estatuto de subjetividades impensadas. A mesma coisa, a população da periferia. Inclusive, porque a população pobre desta cidade, deste país conhece as limitações do sistema público de saúde, que não tem acesso a plano de saúde. Então, como é que fica? Como é que vai ser? Aliás, é muito louco, porque este processo de quarentena é para poupar o sistema de saúde. Sistema esse que foi destruído, em alguma medida, desmanchado. E, de certa maneira, é o que pode vir a acontecer com as universidades públicas, e grande parte da pesquisa biológica é feita pelo Estado. Então, é por isso que, de certa maneira, esta última crise emergencial do vírus coloca em xeque o sistema político. Que fica muito evidenciado, que é tanto um conjunto de relações de poder. Fica tudo mais claro.

Sobre as relações entre gestão das desigualdades sociais, formas de engajamento, políticas públicas e democracia. No caso da saúde, uma máxima da reforma sanitária era a expansão e a melhoria do acesso à saúde. Dá pra entender porque o período da ditadura mantinha vastos segmentos excluídos. Redemocratização, acesso, projeto desenvolvimentista e mercadorização da saúde articularam-se de uma maneira paradoxal e perversa. Então, o que nós temos hoje, diferentes segmentos sociais, diferentes extratos sociais, alfabetizados, culturalizados por essa forma perversa, pós-redemocratização. Esse é um impasse sobre a qual a base da desconstrução é a destruição, e elas são possíveis porque as bases sociais que poderiam confrontar essa destruição estão muito fragilizadas. Pensando no Movimento da Reforma Sanitária, nós demos um salto, formou-se um bloco histórico inusitado. Nós pensamos uma coisa, fizemos outra e olha o resultado. Do ponto de vista da ação e da prática, essa é uma ação também teórica e analítica para nós. Ou seja, essa experiência foi uma experiência pontual, utópica, entretanto, com os limites agora estabelecidos, como nós vamos nos haver com esses impasses autoproduzidos?

A gente vai para o processo de redemocratização porque, para entender esse quadro, tem voltar uns cinquenta anos. Eu me lembro de uma revista que chamava *Desvios* - o nome é maravilhoso, né? Que é uma revista dos anos [19]80, na qual participaram Maria Célia Paoli, Eder Sader, enfim, todos eles já se foram, mas espero que nós sejamos dignos da herança que eles nos deixaram. É



interessante pensar que uma das coisas que se apostava - a Marilena Chauí também participava - era a questão da redemocratização não do Estado, mas da sociedade brasileira. A Amélia Cohn retoma um pouco isso, que era das relações sociais brasileiras que são marcadas por um grau de -vou chamar de - autoritarismo, paternalismo absoluto. Então, a cordialidade, dizia respeito a “*you are very welcome, I like you very much, since each one stays in their place*”, porque é de uma extrema violência. Essa sociabilidade da desigualdade no Brasil ela jamais foi inteiramente superada. Ela não foi superada, de modo algum. E o ressentimento contra as políticas de inclusão dos governos progressistas foi muito importante, muito relevante. E eu acho que isso a gente tem que considerar, porque isso demonstra uma linha de continuidade absoluta. Não simplesmente da ação pública, mas do ponto de vista da estrutura das relações sociais. Esta é uma sociedade profundamente desigualitária que quer continuar sendo desigualitária. Então, você tem uma era das invenções que tenta recuperar, reinventar a igualdade, mas ela está encapsulada no tempo, como a gente está vendo. Esse tempo, pelo menos por esse momento, parece ter se esgotado. A relação Estado-sociedade, o que é Estado e o que é Estado no Brasil. Você vê que tem esse grau de promiscuidade de todos os governos com as formas de acumulação e de enriquecimento lícito e ilícito. A “vaza jato” demonstra isso, por um lado, e os graus de deterioração da Lava jato. Nas pesquisas que nós fizemos na periferia, fica claro que cada política cria um mercado ou ampliava as margens de mercado. De certa maneira, junto com o Bolsa Família chegavam as Casa Bahia, Magazine Luiza e, para a minha absoluta surpresa, entre as igrejas das teologias da prosperidade, uma Smart Fit monstruosa. Acho que a maior Smart Fit está em Cidade Tiradentes. Você tem o mercado acoplado às políticas públicas. Então, esta binaridade estado-mercado que marcou a minha geração das Ciências Sociais e que precisa ser deslocada. A Evelina Dagnino fala, no começo dos anos 2000, de uma confluência perversa. Essa perversidade foi uma palavra utilizada não no sentido da Evelina, mas, sim, no sentido dos vasos comunicantes muito poderosos entre o que há de estado no mercado e o que há de mercado no estado. Acho que a gente precisa pensar nisso. Essa articulação perversa e paradoxal talvez seja resultado de formas estruturantes dos modos de sociabilidade no Brasil. Talvez isso seja menos circunstancial e muito mais estruturante do que circunstancial, e a gente precisa deslocar as nossas lentes de análise, porque, com a binaridade estado-mercado, a gente não vê. Ou com uma suposta binaridade Estado- sociedade civil, a gente não vê. Então, eu comecei a chamar as Ongs de Organizações Neo Governamentais, porque é disso que se trata. Eles não são parte do aparato de governo, elas são parte constitutiva das políticas públicas. Cada política dessa cria um mercado do social. E um social que é, ao mesmo tempo, estado e mercado. Então, eu acho que a gente precisa pensar de um outro ponto de vista, das zonas cinzentas, por talvez, das zonas híbridas. Mas, isso é mais híbrido do que um dia a gente imaginou e muito mais complexo. E, sobretudo a partir de uma outra relação entre teoria e empiria. Não adianta ir para o campo armado com essas lentes, porque daí você só vê aquilo que essas lentes permitem ver. Não adianta ir sem teoria tampouco, é claro que não. É desta relação entre empiria e teoria, é desta hibridização que vai nascer uma outra forma de olhar e poder colocar as questões para esse tecido social.

Como você vê a sua prática política na ciência e a pesquisa militante na sua trajetória?

Então, eu acho que eu fiz muita pesquisa militante na vida. Quando, sobretudo, eu fiz pesquisa sobre trabalho no mundo sindical. Eu era uma militante que fazia parte das oposições sindicais. Fazia parte da fundação de associações de docentes que tinha uma natureza sindical. Eu fiz pesquisa no mundo sindical até 94. Então dá pra pensar assim. Osasco e depois Piqueri. Depois Santo André. E durante essa pesquisa, eu assessoriei muito. Eu fiz muita palestra para o movimento sindical. Depois, fiz muito isso com a CUT. Mas, aí você começa a perceber que tinha um lado militante e tinha um lado crítico, então tinha as duas coisas. Aliás, sobre isso, a greve dos petroleiros talvez tenha sido a última mais militante dos sindicatos que eu participei. Tem uma dimensão de militância vinculada à defesa da universidade pública e vinculada a uma crítica que eu acho que tem que ser emplacada que nem



sempre é possível, tá? Mas, eu acho que o lugar da crítica na função acadêmica é fundamental, porque é o único lugar a partir do qual essa crítica é possível. Então, eu não estou reivindicando neutralidade, mas compromisso crítico.

Como foram os anos que mesclaram o seu processo de formação e a transição da Sociologia do trabalho para a Sociologia Urbana no Instituto de Arquitetura e Urbanismo (IAU)?

Eu já estava formada, meu doutorado é de 1994. Quando eu entrei no CENEDIC, o CENEDIC era o grupo de estudos do trabalho, enfim. É um longo processo de formação na minha vida. Eu defendi a tese muito rápido: em cinco anos e com filhos. Inclusive, eu tive meu quarto filho no doutorado. Eu tive meu terceiro filho no mestrado e meu quarto no doutorado, dando aula em São Carlos. Então, eram doutorado, mestrados, que eu fiz, que a minha geração fez sem bolsa e trabalhando. Mas, o trabalho de docência é um trabalho que forma muito. Você começa a aprender, a ensinar. Dar aula forma. Você tem que elaborar, dar conta das coisas, de todas as coisas. Em lugares indeterminados. Cada semana, eu estava em um lugar. Isso há 33 anos. Então, o que acontece comigo, nesse processo de entrada na universidade pública, para quem dava 60 horas por semana, foi uma emancipação. E também o regime de dedicação da universidade no ano que eu estava, eu cheguei a dar 12 horas, eu cheguei a dar 15 horas aula. Mas, enfim, para quem dava 60, eu tinha tempo para mim aos meus olhos de fazer todo o processo de amadurecimento de uma tese de doutorado, foi isso que eu fiz. Eu fiz mestrado e doutorado, foi depois que eu entrei na USP, que isso se tornou possível. Com muito aperto, com grana curta, sem dinheiro para quase nada, mas enfim, deu para fazer. Deu para fazer a dissertação e a tese. A dissertação foi sobre Osasco, porque eu achava que era o último movimento em que precarização da classe operária já tinha ficado claro na resistência à ditadura militar. Ir pra dentro das fábricas. Eu via ali uma possibilidade de vislumbrar, o que Benjamin chama de iluminação. Eu achava que era isso, por isso que eu estudava Osasco, sob orientação do Octávio Ianni. E depois eu fui fazer o doutorado na USP. Eu tentei fazer na FAU, não consegui. Fui fazer na Sociologia com a Maria Célia que era um barato. Ela tinha a maior confiança em mim. Quando eu cheguei para ela e disse: “*olha Maria Célia, eu acabei de entrar no doutorado e descobri que eu estou grávida*”. Ela me disse, “eu tenho a maior confiança em você, sei que você vai fazer o doutorado e ter esse bebê”, enfim. Era uma coisa escandalosa. Em dez dias eu tive que fazer o seminário da Helena Hirata e ir para porta de fábrica contaminada, com três meses. Mas fui, e acho que isso foi muito importante pra minha formação. Não que a minha relação tinha parado, porque eu tinha que continuar o doutorado, não. Mas eu tinha uma maturidade de leitura, uma clareza do que eu queria fazer no departamento. Então, no departamento de Arquitetura, eu fiz a guinada do trabalho para a cidade. Mas eu jamais abandonei esse objeto. Eu não sou especialista evidentemente, mas não abandonei. Então, essa relação para mim é completamente estruturante. Esta dinâmica produção e reprodução eu acho também muito questionável. Porque a produção não é só reprodução, sobretudo hoje. Essa dicotomização produção reprodução é muito complicada, eu acho. Então, eu voltei a trabalhar muito fortemente com o tema. Por exemplo, para mim, o trabalho de um jovem que se dedica ao teatro na periferia é uma medida que eu posso entender a sua própria vida, inclusive urbana. O trabalho com as costureiras... Mas, também, os circuitos de produção foram extremamente importantes para mim.

Foi esse circuito de produção que a levou para Cidade Tiradentes?

A primeira grande inserção de pesquisa foi com a Cida. Ela foi a minha interlocutora no texto *Verde, amarelo, azul e branco: o fetiche de uma mercadoria e o seu segredo* (2010). Foi ali que eu comecei a entrar mais com o Robert Cabanes, com os meus próprios estudantes, e daí, foi indo, foi indo. Eu fui produzindo camadas de pesquisa de investigação até chegar no Minha Casa, Minha Vida-Entidades e produzir outras novas formas de trajetórias, que já tinha uma dimensão de cultura e que já



estavam muito evidentes. Embora trabalhe com a concepção de construção de sujeitos periféricos para a cultura, eu acho que, no mínimo, são sujeitos assujeitados, sabe? Esta ideia dos sujeitos periféricos propagando é muito complicado no meu juízo.

Professora, estamos entrando no mês em que se completam dois anos do assassinato de Marielle Franco e, aproximadamente, quatro anos da deposição de Dilma Rousseff. O primeiro, brutal, e o segundo, ilegal, são acontecimentos que também, entre outros fatores que os cercam, são perpassados pela rejeição à atuação das mulheres em diversas áreas. Como você vê a sua prática política na ciência e essa rejeição na sua trajetória?

Não é que ilegal. É legal e ilegal. É limítrofe. É poroso. Você usa a ilegalidade pela própria legalidade, isso é a ideia de exceção. Usar a ilegalidade contra a própria legalidade é a suspensão da lei com uso ilegal da lei, tá? Ou, se você quiser, a suspensão legal e ilegal da lei e daquilo que em grande medida fica em suspensão. Eu acho que tudo isso passa por essa exceção. O assassinato da Marielle, para mim, que visivelmente caracteriza esse governo como um governo de milícias - pode escrever que é isto mesmo, um governo de milícias, está certo, sem sombra de dúvidas-, se estabelece e se alimenta dos poros entre as práticas, lógica das milícias, as práticas, lógicas do Estado. Isso é um processo de retroalimentação. O que me impressiona muito, infelizmente, no assassinato da Marielle - porque a Marielle estava investigando exatamente esse processo de exceção na Zona Leste do Rio. A principal questão da República hoje: quem matou Marielle? Quem mandou matar uma mulher negra, favelada, lésbica? Então, aos olhos desses milicianos, ela não era nada, e ela virou a grande peça chave, a grande rainha desse jogo de xadrez. Nós somos vistas numa condição de permanente subalternidade, de desqualificação, permanente. Desde a Irlys, passando pelas costureiras, as beneficiárias, até as mulheres que passam perrengue por reconhecimento nas universidades, tem aí uma questão de subalternidade de gênero sutilmente escondida, até pelos processos de empoderamento nos cargos institucionais. Aí, tem a economia moral, por exemplo, a permanente responsabilização, culpabilização das mulheres nas suas atividades. Nós engravidamos, nós amamentamos, somos mães, somos rotuladas como mães pelos programas sociais. Está certo que nos empoderam não? Não que nos propiciam a domesticidade. As dimensões identitárias que acabam se reconfigurando, muito frequentemente para mulheres como eu, a situação de mulheres privilegiadas. De um lado é verdade, eu sou branca, nasci numa família rica, estudei em bons colégios. De outro lado, isso que chamam de privilégios para mim é uma coisa incompreensível. A minha chegada na Universidade de São Paulo foi muito difícil. Chegar em mundo inteiramente masculino. Chegar em um mundo de machos alfa, disputando destaque de poder e em um mundo onde existia a "sala das meninas". Inacreditável, entraram duas professoras comigo, os coordenadores do prédio de Arquitetura fizeram a sala das meninas. E isso em 1987. Enfim, então começa todo um processo pra minha própria manutenção na USP para estabelecer os parâmetros de carreira, para poder fazer mestrado e doutorado, para continuar, enfim, para poder transformar a minha vida e a minha profissão numa vida e numa produção vinculada à Universidade de São Paulo, incluindo a mudança no campo de pesquisa. Então, assim, eu acho que tem o lado muito verdadeiro e um lado muito complicado, porque você tem um conjunto de identidades fragmentadas que quase constitui um mercado de identidades, com caixinhas nas quais você se aloja ou não, nas quais você encontra abrigo ou não. E aí, tem um texto do Gabriel Cohn que, para mim, foi muito interessante, em que o Gabriel, usando a Escola de Frankfurt, mostrou que a única possibilidade de identidade - eles são militantes anti-identitários, todos eles, a escola de Frankfurt faz um crítica a ideia de identidade. Eles fazem a crítica entre identidade e representação, a noção de identidade individual, delirante. O Ulisses⁵, por exemplo, é o Ulisses graças ao fato de que ele é um ser eternamente melancólico. Ele é uma espécie

⁵ Ver Excurso I: Ulisses ou Mito e Esclarecimento. In. Max Horkheimer e Theodor W. Adorno. Dialética do esclarecimento: fragmentos filosóficos. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.



de protótipo do indivíduo moderno. Aí, o Gabriel, usando a crítica Frankfurtiana, vai dizer que isso só tem uma possibilidade de ter um horizonte emancipatório, que é você conseguir ter uma identidade cindida. Uma identidade em que o outro caiba. Em que você possa ser o outro, e que o outro caiba. E aí, eu acho que essa é possibilidade interessante, porque exatamente quebra esta noção única identitária, de identidade totalizante. E eu acho que esse é um risco que nós estamos experimentando na pele.

Como é produzir pesquisa na periferia?

A periferia já produz. Se você pega o RAP, se você pega os Saraus, se você pega a imensa produção cultural da periferia ela pertence à periferia. Ela é uma produção da periferia. Eu não estou dizendo que só a gente pode fazer as perguntas. Eu estou dizendo que dá perfeitamente para a gente trocar. Produzir juntos. Ouvir. Tem uma coisa que é a escuta, que eu acho que é muito importante. E eu acho que essa escuta não deva ser unilateral. Sabe que é uma coisa engraçada, né, Ricardo? Eu apareço na periferia deste jeito que eu sou. As pessoas não me identificam como professora. Eu entro lá, o jeito de falar, o jeito de se comportar. Nunca escondi, mas também nunca quis me distanciar, estar próxima da melhor maneira possível e entender como a vida se torna plausível para aquelas pessoas e para aquelas conformações. Eu acho que eu sou uma espécie de avesso de perua. Eu estou lá, eu acho que eu não chamo atenção entendeu? E eu consigo, de certa maneira. Como no trabalho do Daniel Hirata, ele entrou nos times de várzea, ele entrou no meio deles, entendeu? E ele acabou mudando a maneira de falar, assimilado ao mesmo tempo no seu comportamento. É a partir desse lugar que ele escreve. A minha condição de mulher está muito presente na construção de uma sensibilidade para entender a lrllys, por exemplo. Tem uma postura da imersão etnográfica, é uma postura que se pergunta sobre você mesmo sobre a sua presença em campo, sobre de que maneira essa negociação está presente. De que maneira os regimes de verdade estão se construindo, de que maneira os regimes de visibilidade e invisibilidade estão construindo essa relação, de que maneira você está sendo afetado. E, às vezes, você precisa de uma distância enorme para poder escrever. Talvez você tenha que escrever em várias camadas, escrever, ler, pensar, desmontar, montar para exatamente entender essas tramas da cidade.

Referências bibliográficas

ADORNO, Theodor W.; HORKHEIMER, Max. **Dialética do esclarecimento**: fragmentos filosóficos. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

CABANES, Robert.; GEORGES, Isabel. São Paulo. **La ville d'em bas**. Paris. L'Harmattan, 2009.

CABANES, Robert.; GEORGES, Isabel.; RIZEK, Cibele.; TELLES, Vera (Orgs.). **Saídas de emergência**: perder/ganhar a vida em São Paulo. São Paulo: Boitempo, 2011.

OLIVERIA, Francisco. O Estado e a Exceção ou o Estado de Exceção? In: **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v.5, n.1, p.9-14, maio. 2003.

OLIVERIA, Francisco.; RIZEK, Cibele (Orgs.). **A era da indeterminação**. São Paulo: Boitempo, 2007.

OLIVEIRA, Francisco.; BRAGA, Ruy.; RIZEK, Cibele (Orgs.). **Hegemonia às avessas. Economia, política e cultura na era da servidão financeira**. São Paulo: Boitempo, 2010.

SINGER, André.; Loureiro, Isabel (Orgs.). **Contradições do lulismo**. A que ponto chegamos? São



Paulo: Boitempo, 2016.

Data de submissão do artigo: 01/04/2020

Data da decisão editorial: 06/04/2020